

# **“Inovar em Espaço Rural e Inovar o Espaço Rural: a escolha e as escalas das políticas de desenvolvimento”**

(Setembro 2003)

---

**Licínia Maria Craveiro Seródio**

Economista / Técnica de Planeamento Regional e Urbano  
*MARCA – Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo*  
Largo General Humberto Delgado n.º 7, 1.º, Apartado 188  
7050-014 Montemor-o-Novo  
tel./fax: 266 891 222  
e-mail: [lserodio@drarn-a.pt](mailto:lserodio@drarn-a.pt)

## **RESUMO**

*Inovar em Espaço Rural e Inovar o Espaço Rural*, pressupõe a um primeiro nível a escolha da escala de análise. Pensar o território rural está associado a uma variabilidade permanente de escalas de planeamento e à coexistência de múltiplas escalas de decisão em função da geometria relacional desse mesmo território rural (planeamento multi-escala), o que leva a que surjam questões associadas à existência ou não de uma *escala de planeamento natural do território*.

Quem pensa o processo de desenvolvimento dos territórios rurais? – dimensão ética da escolha e efeitos de uma visão fragmentada do território/ fragmentação funcional, poderão ser questões de fundo para a reflexão em torno da existência ou não de uma escala de planeamento natural do território rural. Por fim, e na sequência da reflexão teórica em torno destas questões, será analisada a pertinência de novas escalas de pensar os territórios e as políticas para o território.

Ao longo da reflexão pretende-se ilustrar estas reflexões através da evidência empírica resultante da experiência de uma Associação de Desenvolvimento Local que desenvolve um trabalho intenso em espaços rurais da região de Montemor-o-Novo – a MARCA-ADL.

---

*Área temática:* “As políticas de desenvolvimento rural e os novos modelos de utilização do espaço”

## **Enquadramento**

O associativismo, nomeadamente na área específica do Desenvolvimento Local, permitiu que a sociedade civil, se organizasse, pudesse ter a possibilidade de intervir e emitir opinião de uma forma mais directa e participativa acerca dos processos de desenvolvimento dos seus próprios territórios, não se limitando a observar os resultados em termos de processos de desenvolvimento provocados por um conjunto, por vezes disperso, de pequenas iniciativas. Face a esta nova área de intervenção, fortemente incentivada por alguns instrumentos de política<sup>1</sup>, as pessoas foram chamadas a prestar o seu contributo para a definição da estratégia/estratégias de desenvolvimento dos seus territórios, quer de forma mais participativa através do seu contributo na planificação quer de forma mais indirecta ao desenvolverem as suas próprias iniciativas de forma integrada, demonstrando perante as mais fortes adversidades que o território onde estão pode ser a sua “casa”, com a qual se identificam e na qual se sentem bem.

A MARCA - Associação de Desenvolvimento Local de Montemor-o-Novo visa contribuir com o seu trabalho nas áreas do património, ambiente, desenvolvimento sócio-comunitário, formação, inserção social, promoção regional entre outras para o desenvolvimento qualificado, numa perspectiva de sustentabilidade<sup>2</sup> de uma região que embora sediada numa pequena cidade apresenta características rurais.

Esta motivação está na base de encontros e trabalhos de reflexão que têm sido promovidos no âmbito desta entidade. Como exemplo encontram-se três edições da Universidade de Verão subordinada à temática “Identidades e Globalização” e

---

1 Como é o exemplo das Iniciativas LEADER I, LEADER II e em execução a PIC LEADER +, especificamente criadas para espaços rurais.

2 Sustentabilidade entendida enquanto perpetuação de um conjunto de recursos que permitem em termos futuros manter pelo menos o mesmo nível de utilidade, resultante da sua utilização. Entendendo-se o conceito de sustentabilidade não como uma limitação rigorosa à utilização de recursos, mas sim uma utilização inteligente de forma a assegurar a verificação da permissão inicialmente estabelecida.

similarmente três edições do Encontro de Projectos Locais, forum privilegiado para a apresentação do trabalho desenvolvido por muitos pequenos promotores que têm desenvolvido iniciativas que poderão estar na base de consolidação de uma estratégia/ou estratégias de desenvolvimento sustentável para este território.

Deste trabalho de campo que a MARCA tem desenvolvido sempre enquadrado por momentos de reflexão mais teóricos e em alguns dos casos académicos resultaram um conjunto de ideias, as quais estão reunidas de forma simples e breve neste documento.

### **Algumas reflexões**

#### Inovação em Espaço Rural – a assunção dos factores intangíveis do território

Os processos de inovação territorial entendidos até há bem pouco tempo com uma dimensão regional, do ponto de vista histórico apresentam três fases distintas de evolução (LACAVE, 2002), tendo sido registados os primeiros processos nas décadas de 60/70, com o aparecimento dos primeiros parques de ciência, onde os resultados das investigações eram materializados em algumas experiências nas indústrias associadas a estes parques. A segunda fase já na década de 80 com um prolongamento até meados da década de 90 resulta de uma clara expansão em termos de criação de parques de ciência, o que resultavam no aparecimento e consolidação de um conjunto de dinâmicas nos territórios onde se localizavam.

A partir de meados da década de 90 o processo de inovação dos territórios é interpretado fundamentalmente como a interacção no território de um conjunto de recursos intangíveis<sup>3</sup> que operam de forma coordenada sobre os recursos materiais<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Entendendo-se recursos intangíveis do território como a sua capacidade de aprendizagem, a intensidade e entrusamento existente nas relações existentes entre os agentes do território bem como o seu nível de conhecimento mútuo, a capacidade de relacionamento externo a diferentes níveis, a capacidade de pesquisar, entre outros.

desse território, gerando dinâmicas de inovação, contrariando as tendências iniciais que entendiam a inovação territorial como processos resultantes da presença no território de agentes inovadores que pontualmente procediam à aplicação da inovação tecnológica a algumas das actividades<sup>5</sup>, mantendo-se o processo inovativo independente da identidade e da “personalidade” do próprio território.

Esta centralidade nos recursos intangíveis do território precursada pelo GREMI<sup>6</sup> e na forma como estes operam sobre os recursos materiais do território marca de forma determinante o posicionamento relativo em termos de eficiência económica destes últimos, deste modo o interesse central não é colocado nos recursos em si, mas na forma como se operam processos entre eles<sup>7</sup>, bem como os efeitos que esta interacção tem em termos de sustentabilidade do próprio território.

Face à importância que assumem os recursos intangíveis do território em termos da sua própria sustentabilidade, questiona-se o nível de participação desses mesmos recursos no processo de planeamento do próprio território.

#### A fragmentação funcional nos actuais processos de planeamento

O processo de planeamento tradicionalmente efectuado numa perspectiva de cima para baixo e de fora para dentro, e independentemente da origem do planeador reflecte sempre a forma como ele percebe o território e é condicionada pela natureza do objectivo que o leva a observar esse território, ou seja ele não observa o território como um todo, mas sim como um conjunto de elementos que interferem numa determinada dimensão da vida desse território - visão fragmentada do território (LUGINBUHL,

---

4 como sejam os recursos naturais, o posicionamento geográfico, a qualidade dos próprios recursos, bem como as infra-estruturas.

5 Parques de Ciência e Tecnologia.

6 Grupo de Pesquisa sobre os Meios Inovadores, reconhecido internacionalmente pelas suas pesquisas em torno dos processos de inovação territorial.

2001). Deste modo por mais multidimensional que seja a observação ela será sempre fragmentada e expressa apenas determinadas funcionalidades do território – fragmentação funcional (LUGINBUHL, 2001).

No processo de percepção do território, o autor elege um conjunto de pontos vitais<sup>8</sup>, sendo a sua percepção feita a partir deste conjunto de pontos de análise. Deste modo a sua visão será sempre uma visão parcial o, que se reflecte no modo como este pensa o território em termos futuros, pois toda a construção em termos de planeamento tem por base uma determinada fragmentação da realidade<sup>9</sup>.

Após esta breve reflexão, importa reafirmar que, qualquer que seja a dimensão assumida na percepção do território, esta será sempre limitada pela sua natureza fragmentada e marcada pela objectivação de um espaço social (PEDROSO, 1998), traduzindo-se no processo de planeamento na centralidade nas funcionalidades percebidas, centralidade essa que numa análise extrema poderá ser oposta às centralidades definidas pelos agentes desse território. A título de exemplo, em territórios de menor dimensão, como sejam os territórios rurais, poderemos ter como centralidade por parte do planeador a implementação eficiente de um sistema de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, sendo que para os agentes do território em causa

---

7 Deste modo podemos assistir a uma alteração da importância relativa dos factores tangíveis do território, provocada por uma dinâmica específica dos recursos intangíveis.

8 Entendidos no sentido de centros nevralgicos.

9 Tendo por pressuposto que a percepção é sempre fragmentada, ela pode assumir três dimensões possíveis (DE BERNARDY, 2000): dimensão cognitiva, dimensão territorial e dimensão organizacional.

Na dimensão cognitiva a percepção centra-se no reconhecimento interno das características e das inter-relações existentes bem como na visão da projecção externa das próprias potencialidades do território. Esta dimensão que a percepção pode assumir apresenta características iminentemente analíticas o que favorece o grau de aproximação à realidade. Muito próxima em termos conceptuais está a dimensão territorial, pois ao efectuar uma aproximação segundo uma óptica de relativização estamos implicitamente a efectuar uma análise das características intrínsecas ao próprio território, bem como dos efeitos territoriais das suas articulações internas e externas. Por último, a percepção pode assumir uma dimensão organizacional / sistémica, pois a aproximação é efectuada pelo território enquanto sub-sistema de um sistema mais vasto, sendo esta uma aproximação de natureza mais tecnicista (LOPES, 1995)<sup>9</sup>. Esta possível dimensão da percepção dos territórios, pode também ser denominada por normativa, pois a centralidade é colocada nas próprias regras de funcionamento e de cooperação do território (NETO, 1999).

a centralidade poderia estar no reforço das redes de transportes públicos – a hierarquização das prioridades assume exponencial importância à medida que diminui a dimensão do território.

#### A dimensão ética do planeamento “laboratorial”

O processo de planeamento estratégico e de intervenção nos territórios, exige uma sensibilidade muito própria, deixando de ser um processo linear a partir do momento em que o autor/agente tem consciência que o seu objecto de trabalho é um território – expressão de uma determinada cultura (onde se incluem os valores dos seus agentes, os seus modos de organização social, os seus desejos mais profundos, as suas expectativas em relação ao futuro, a sua interpretação do território, ..., e todas as restantes características identitárias).

É da consciência que o território representa a existência de uma determinada cultura/ identidade, que surgem questões como: qual o limiar / equilíbrio entre os desejos mais profundos dos agentes do território e a visão dos agentes de planeamento externos ao território? existirá uma escala interna do território de relativização de prioridades de intervenção? existirá uma resistência do território às prioridades definidas externamente?

Estas questões surgem de uma forma mais natural quando o nosso “registo” de análise está associado a territórios de menor dimensão e de maior grau de isolamento, como são os territórios rurais. Neste tipo de territórios a variabilidade na definição das prioridades de intervenção é muito maior, o que leva a uma maior disparidade nas escalas de definição de prioridades entre quem vive nesse território e quem planeia externamente intervenções sobre esse território.

## **A escolha das escalas das políticas de desenvolvimento – escala de planeamento natural do território?**

O processo de planeamento tem subjacente a si um princípio básico, segundo o qual apenas faz sentido planear para um determinado território se nesse território existir a capacidade de colocar em prática o resultado do processo de planeamento. Deste modo os agentes económicos assumem a funcionalidade de motores do desenvolvimento económico, e não apenas a de destinatários deste próprio processo (REIGADO, 2001).

Esta funcionalidade específica dos agentes económicos, para além de constituir um conjunto de responsabilidades para os próprios agentes, pressupõe que existe um conjunto de características neles, características estas que permitem que a implementação das políticas no território, ocorra de forma eficiente.

Deste modo, coloca-se como condicionante primária ao processo de desenvolvimento, a capacidade que os agentes em “entender” as políticas delineadas para o seu próprio espaço<sup>10</sup>.

Esta forma de pensar o território, insere-se num conjunto de teorias denominadas teorias participativas e, que se caracterizam por colocar o agente económico no epicentro do processo de planeamento, simultaneamente como meio e fim<sup>11</sup>. Estas teorias defendem que para além de uma proximidade espacial deverá ocorrer uma proximidade emocional ao próprio processo de planeamento, baseada numa

---

<sup>10</sup>“Entender”, enquanto processo integrado de percepção, interiorização e reacção. A limitação à partida das características mínimas necessárias por parte dos agentes económicos, de forma a que estes tenham a capacidade de “entender”, interiorizar e implementar de forma eficiente um conjunto de políticas, por parte dos agentes económicos de um determinado território, pode funcionar como factor condicionante ao próprio processo de planeamento.

<sup>11</sup> Progressiva substituição das teorias não participativas pelas teorias participativas. Teorias como é o caso do “Development from below”, de Walter Stohr, típicas do período de vigência do paradigma funcionalista do desenvolvimento, têm vindo gradualmente a ceder posição a visões de defesa da dimensão participativa no processo de planeamento

proximidade emocional, que os agentes mantêm com o seu próprio espaço – *processo dinâmico de participação* (REIGADO, 2001)<sup>12</sup>.

À medida que em termos de planeamento é revelada uma maior proximidade espacial e emocional dos agentes económicos face ao próprio território, ou seja que se atinge uma maior aproximação possível ao sistema real, é possível observar um ritmo próprio no objecto de planeamento, isto é o “pulsar natural” do próprio território. Este “pulsar” reflecte a identidade, os sonhos e também a velocidade de reacção que o próprio território apresenta aos estímulos que lhe são direccionados. Este “pulsar” funciona como mais um elemento de identidade do próprio território.

Admitindo que cada território apresenta um “pulsar natural” próprio, estamos a admitir que existe uma *escala de planeamento natural do próprio território*, que se adapta às suas características, em específico às características dos seus agentes económicos e, que apresenta características de *plasticidade*<sup>13</sup> em função das mutações que venham a ocorrer.

Dado que os territórios estão em permanente mudança, resultado do próprio processo de desenvolvimento económico e, admitindo na sequência da reflexão anterior que a escala de planeamento natural do território apresenta características de plasticidade, estamos a admitir que cada escala tem um período de durabilidade e adequabilidade delimitado no tempo, ou seja admite-se que cada escala de planeamento tem um período de “vida útil” delimitado e identificado – *temporalidade* das escalas de planeamento.

---

12 Segundo o autor, sempre que se envolvem os agentes económicos de forma democrática no processo de planeamento estamos a permitir que este seja efectuado numa “proximidade espacial e emocional tão grande quanto possível do sistema real”.

13 Relativamente à questão da plasticidade importa referir que estamos perante um ciclo comportamental do tipo acção-reacção, cuja velocidade de ajustamento depende fortemente da sensibilidade que os técnicos de planeamento e que os decisores políticos têm face ao seu próprio território de trabalho.



Se cada território tem uma escala de planeamento natural, ajustada à sua realidade, nomeadamente a características como sejam o tempo de reacção às políticas que lhe são dirigidas, o nível de “entendimento” e de “interiorização” que os seus agentes fazem das políticas, entre outras, então é natural que surjam questões relacionadas com os equilíbrios em termos de planeamento entre territórios próximos.

Estas questões revelam-se de menor importância se nos detivermos com a noção de desenvolvimento integrado<sup>14</sup>, segundo a qual as intervenções dirigidas a todas as partes individualmente caracterizadas resultam na projecção e no desenvolvimento do todo.

Verificando-se este princípio, a existência de uma escala natural de planeamento do território, contribui para uma maior eficiência dos processos de desenvolvimento integrados, numa perspectiva de sustentabilidade, na medida em que numa primeira análise contribui para que os processos de desenvolvimento individuais de cada território ocorram de forma mais eficiente, não colocando em causa a existência futura de um conjunto de recursos que permitem pelo menos assegurar às gerações vindouras o mesmo nível de utilidade.

#### A escala de planeamento natural do território: modelo de planeamento multi-escala

A tendência recente em termos de organização dos territórios, tem sido no sentido destes se organizarem sob a forma de redes, dissipando deste modo a sua própria estrutura hierárquica. Deste modo o posicionamento do território é delegado para um segundo plano e dada uma primazia ao processo de planeamento em função das redes

---

<sup>14</sup> Processo de desenvolvimento integrado enquanto processo de desenvolvimento multidimensional, sistémico e integral, no sentido convencional que estes termos têm assumido.

onde o território participa (CATTAN e outros, 2000). De acordo com a natureza das próprias redes poderemos encontrar para um mesmo território-plano a coexistência de vários níveis de planeamento de acordo com os níveis hierárquicos e a natureza das próprias redes. Deste modo e, numa abordagem superficial poderemos ser levados a concluir que não existe uma escala de planeamento para o território mas sim a coexistência de uma multiplicidade de escalas<sup>15</sup>.

Contudo se nos detivermos sobre os motivos que levaram o território a participar numa determinada rede e não noutra, percebemos que existe um nível planeamento ajustado ao próprio território e que o vai conduzindo no seu próprio “plano de navegabilidade”, comprovando deste modo a existência de um nível de planeamento natural do próprio território.

A constatação de que existem territórios cujo nível natural de planeamento é muito próximo, levando-os a apresentar “planos de navegabilidade” muito semelhantes, revela-se em termos territoriais numa fortificação dos próprios relacionamentos, registando-se deste modo uma crescente interdependência entre territórios com escalas naturais de planeamento muito próximas.

A existência de planeamento está estritamente associada à dimensão do próprio objecto de planeamento e à capacidade que este tem em “entender” e “interiorizar”, os próprios resultados do processo de planeamento. Deste modo cada território está associado um patamar mínimo a partir do qual este reage de forma eficiente, tornando possível a ocorrência de um processo de planeamento.

---

<sup>15</sup> Esta coexistência de escalas de planeamento são referentes apenas aos aspectos que determinam a participação do território numa determinada rede e, não relativamente ao território como um todo.

Este patamar mínimo surge em muitos dos casos associado à dimensão do próprio território. É possível encontrar muitos territórios que apesar dos seus agentes económicos apresentar as características fundamentais para tornarem eficiente a implementação de um conjunto de políticas, a sua dimensão não corresponde à dimensão mínima a partir da qual é possível efectuar um planeamento estratégico e operacional.

Deste modo a existência de uma escala natural de planeamento do território pode resultar da junção estratégica destes territórios a outros que apresentem características estruturais semelhantes – plasticidade do próprio território. A ocorrência deste tipo de fenómenos revela o aparecimento de um novo processo de autonomia por parte dos territórios, processo este que revela uma forte intencionalidade estratégica e que criam naturalmente a necessidade de uma maior adaptabilidade por parte das instituições responsáveis pelo processo de planeamento e de coordenação das políticas.

#### Factores inibidores de uma escala de planeamento natural do território

O facto de existir uma forte inter-dependência entre determinados territórios, pode em determinadas situações revelar-se nefasta para os próprios territórios. Veja-se o caso da forte dependência de muitos dos núcleos sub-urbanos face aos centros urbanos mais importantes. Em alguns destes casos assistimos a que a dependência hierárquica seja de tal modo intensa que os territórios sub-urbanos perdem a capacidade de definir o seu próprio modelo de desenvolvimento, inibido-se deste modo a existência de uma escala de planeamento natural do território.

Um outro factor inibidor da existência de uma escala de planeamento natural para o território prende-se com a própria natureza dos agentes económicos desse território, pois se estes não apresentarem uma qualquer forma de organização que lhes permita de

forma eficiente traçar o seu próprio modelo de desenvolvimento para o território e implementar de forma eficiente as políticas que reflectem a possibilidade de desenvolver esse modelo, não será possível identificar uma escala de planeamento natural para este território.

A escolha da escala de planeamento não resulta num modelo estático, mas é determinada pelo dinamismo decorrente da temporalidade dos próprios territórios.

Os mecanismos de reacção dos territórios aos estímulos que lhe são direccionados, estímulos estes que podem assumir a forma de políticas, estão permanentemente a ser condicionados quer pelas transformações decorrentes do natural funcionamento das actividades económicas no território quer dos constantes choques externos a que o território está sujeito.

Esta permanente mutação a que os territórios estão sujeitos revela-se mais ou menos intensa de acordo com o grau de adaptabilidade do território, quantificado pelo seu tempo de reacção – nível de plasticidade do território.

A questão da plasticidade dos territórios tem inevitavelmente associada si a questão da temporalidade dos próprios territórios, que segundo as teorias económicas tradicionais assume um carácter cíclico – ciclo de vida dos territórios.

Esta consciência de que os ciclos económicos do território têm um tempo próprio e, que estes influenciam de forma intensa a evolução do próprio território, cria a necessidade de efectuar uma “gestão da temporalidade”.

Esta gestão da temporalidade, passa numa primeira análise por ter presente que a escala de planeamento ajustada ao território, a escala de planeamento natural do território, tem uma durabilidade delimitada no tempo, sendo esta durabilidade resultado directo da situação económica do território em determinado momento.

## **Uma experiência em desenvolvimento: a actividade da MARCA-ADL em Montemor-o-Novo**

O modelo de planeamento tradicionalmente adoptado assenta no princípio da existência de instituições responsáveis pelo processo de planeamento, de execução das políticas e de controle dos resultados, assegurando deste modo um modelo de governabilidade do próprio sistema. Este modelo adopta um funcionamento assente numa lógica de transversalidade, ou seja para o território global é delineada uma estratégia global, consolidada em políticas que deverão de obedecer aos mesmos princípios de execução, veja-se o caso dos diferentes programas operacionais existentes no nosso país<sup>16</sup>. O próprio sistema de planeamento, embora que de forma muito insipiente, começa a reconhecer que os territórios não são homogéneos pelo que o tratamento também deverá de ser diferenciado.

Tendo como referencial de análise a existência de plasticidade nas escalas de planeamento não podemos ignorar que o processo de planeamento é efectuado por instituições próprias, com modelos de gestão formais que condicionam pela sua própria natureza o tipo de escala de planeamento a adoptar.

Este tipo de conduta dos modelos de planeamento obedece ao princípio segundo o qual se deve de assegurar a governabilidade do território. Contudo se cada território apresenta uma escala natural de planeamento e se estas diferem de acordo com a natureza do próprio território, então importa encontrar uma solução de eficiência, que

---

<sup>16</sup> Em alguns dos instrumentos de política referidos é possível observar ligeiras diferenciações entre territórios, obedecendo a princípios de modulação regional, o que demonstra já alguma preocupação em relação ao facto de se criarem políticas de aplicação transversal para territórios que não são homogéneos. Veja-se o caso do Programa Operacional para a Economia que criou pontuações diferenciadas para os projectos de investimento de acordo com a zona geográfica onde é realizado o investimento, criando deste modo diferenciação em termos de valia económica do próprio projecto.

assegurando os níveis de governabilidade pelas instituições existentes, permita de igual modo um maior ajustamento à realidade de cada um dos territórios alvo de intervenção. Referindo em concreto o caso de Montemor-o-Novo, uma região predominantemente rural centralizada num polo urbano de pequena dimensão mas com um forte posicionamento estratégico, é possível observar que até ao momento os documentos de planeamento não reflectem uma participação directa da população no processo de planeamento deste território. Relativamente a este território em concreto para além da aplicabilidade dos princípios estratégicos de âmbito nacional e aplicabilidade transversal e do plano de desenvolvimento regional expresso num conjunto de instrumentos financeiros consolidado no “*porAlentejo*” – Programa Operacional Regional do Alentejo, o documento onde é possível verificar a intenção de operacionalizar algumas estratégias para este território em concreto é o PPI-Plano Plurianual de Investimentos, definido pelos órgãos autárquicos do concelho para um período temporal de 3 anos, documento este que suporta o orçamento anual da Câmara Municipal. Mesmo relativamente a este último documento, a população apenas intervém de forma indirecta, ao eleger os seus representantes políticos.

Da análise superficial dos documentos e instrumentos resultantes do processo de planeamento, a MARCA verificou que nenhum deles resultava directamente da participação da população no processo de planeamento. Face ao exposto em Junho de 2002, considerou-se como prioridade a elaboração de um documento estratégico, pautado por um forte nível de participação da população.

Para iniciar a elaboração deste documento a MARCA-ADL está neste momento a implementar um inquérito junto da população, como resultado primário deste inquérito pretende-se um conjunto de fichas de caracterização das freguesias as quais serão

apresentadas à população através dos meios de comunicação locais até ao final do ano. Paralelamente os restantes resultados fornecidos pelos inquéritos serão analisados de cuja análise resultará um esboço de um conjunto de possíveis estratégias/orientações estratégicas, que se pretende que seja um documento de trabalho. A partir deste documento e tendo em consideração que está formada uma rede de parcerias entre as várias entidades representativas da região que serve de suporte à implementação do projecto de intervenção sócio-comunitária “Além Monte”/POEFDS, em curso até ao final de 2004, será efectuado um debate em torno do documento e será complementado com os contributos de cada uma das entidades, juntando deste modo a visão da população à visão institucional. Paralelamente serão marcadas um conjunto de sessões abertas à população para discussão deste primeiro trabalho.

Findo este período e tendo por base a versão final do documento, pretende-se que este seja o suporte a um novo conjunto de projectos, quer da MARCA quer dos restantes parceiros da região, a diferentes escalas de intervenção.

Contudo considera-se que o fundamental de se estimular este processo não reside no facto de se atingir um documento final, mas de iniciar um processo sistémico de discussão e de definição de novas orientações estratégicas, tornando o documento final num mero documento de trabalho que será certamente alvo de muitas alterações.

Com um instrumento de planeamento como este estão criadas as bases para a aplicação no território de políticas a variadas escalas, tais como políticas de âmbito comunitário, nacional e especificamente de âmbito regional, como resultado de um envolvimento directo dos agentes que trabalham sobre e no território.

Pretende-se com a implementação deste projecto, estimular em termos futuros a criação de hábitos de participação das populações no próprio processo de planeamento, tornando-as responsáveis pelo processo de sustentabilidade do seu próprio território.

### **Algumas conclusões**

O aparecimento e a consolidação de novas formas de organização social, como é exemplo das Associações de Desenvolvimento Local, potenciaram a participação e o envolvimento das populações no processo de desenvolvimento dos seus territórios. Da experiência destas instituições e da sua reflexão em torno dos processos de planeamento resultaram um conjunto de constatações: crescente centralidade nos recursos imateriais do território, assumindo estes a função de *pivot* nas dinâmicas dos recursos materiais; a perspectiva limitada dos processos de desenvolvimento resultante da existência de uma interpretação fragmentada em termos funcionais dos territórios; a cada vez mais difícil compatibilização de um planeamento “laboratorial” para o território com as vontades e os desejos mais profundos desse território, sendo essa incompatibilidade por vezes expressa nas diferenças na relativização das prioridades entre quem analisa o território exteriormente e a hierarquização de prioridades de quem vive e desenvolve a sua actividade em determinado território.

Os espaços rurais, por natureza espaços de menor dimensão têm apresentado uma certa demora na afirmação destas constatações contudo e, pelo que se pode observar pela própria expansão e consolidação do movimento associativo que as populações começam a revelar uma cada vez maior preocupação com os processos de desenvolvimento dos espaços onde se encontram, e o agente planeador interno ou



externo ao território, ou a conjugação de ambos, não poderá esquecer que o planeamento e aplicação das políticas sobre o território encontra-se directamente relacionada com a capacidade que os agentes desse território têm em entenderem e materializarem essas políticas.

Depreende-se desta reflexão que a geração de Dinâmicas de Inovação num contexto territorial tão específico como o Espaço Rural, e um pouco à semelhança do que acontece com outros contextos territoriais, mais do que dependente da localização de processos de criação e transferência de inovação, encontra-se directamente relacionada com o nível de participação e de envolvimento dos agentes no processo de planeamento, desta forma mais do que uma tentativa de inovar em espaço rural numa perspectiva de sustentabilidade, importa “inovar o espaço rural”.

Deste epicentro no agente decorre a nossa afirmação que o processo de planeamento deverá incorporar os agentes do território, levando-os a participarem sistémicamente e a responsabilizarem-se pela definição dos seus próprios modelos de desenvolvimento – escala de planeamento natural do território. Com este movimento de responsabilização progressiva, perante a definição das políticas a diferentes escalas para o território, este retirará o máximo de eficiência dessas políticas para o seu próprio processo de desenvolvimento, um processo de desenvolvimento integrado, numa perspectiva de sustentabilidade.

## **Referências Bibliográficas:**

Economia Pura, n.º 59, Agosto 2003;

Lacave, M. – “Uma estratégia Glocal”, [www.taguspark.pt](http://www.taguspark.pt), 2002;

Luginbuhl, comunicação apresentada na sessão de abertura da III Edição da Universidade de Verão de Montemor-o-Novo, 2001;

Neto, P. – “A Integração Espacial: Economias de Rede e Inovação”, Edições Piaget, Lisboa, 1999;

Pedroso, P. – “Formação e desenvolvimento Rural”, Celta, Oeiras, 1998;

Reigado, F. – “Introdução sobre Teoria Geral de Sistemas – Uma abordagem Sistémica do Planeamento Regional: níveis de decisão, objectivos, meios, instrumento e estratégias”, conferência apresentada na Universidade de Évora, 2001.